



Sessão do Congresso Nacional

Registro taquigráfico realizado pela Secretaria de
Taquigrafia do Senado Federal

SESSÃO: 004.4.54.N

DATA: 25/02/2014

TIPO DA SESSÃO: Congresso Nacional –
Sessão Solene



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar os 20 anos de lançamento do Plano Real.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Já compomos a Mesa, eu e o Ex^{mo} Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República no período de 1995 a 2002. (*Palmas.*)

Tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Senador Aécio Neves (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Luiz Carlos Hauly. (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o 2º Vice-Presidente do Congresso Nacional, o Ex^{mo} Senador Romero Jucá. (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco, Presidente do Banco Central do Brasil, no período de 1997 a 1999. (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, 1º Secretário do Senado Federal. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa um dos requerentes, em nome de todos os requerentes, o Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será executado pela banda de música do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, sob a regência do maestro Capitão Ismael Teixeira da Silva.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Convido para compor a Mesa o Prof. Edmar Bacha, que foi Presidente do BNDES. (Palmas.)

Ex^{mo} Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, Ex^{mo} Senador Aécio Neves, Ex^{mo} Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, Ex^{mo} Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, Ex^{mo} Sr. Senador Romero Jucá, Ex^{mo} Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco, Ex^{mo} Senador Flexa Ribeiro, Ex^{mo} Prof. Edmar Bacha, o fim da inflação e a conquista da estabilidade econômica com a implementação do Plano Real, em julho de 1994, é um marco da economia de nosso País que sempre haveremos de comemorar. Ele conseguiu interromper um perverso ciclo inflacionário de décadas e criou as bases fundamentais para o crescimento econômico de longo prazo. O Plano Real foi também primordial para a modernização da economia, o que proporcionou o início da credibilidade externa para o nosso País.

Antes do Plano Real, o brasileiro padecia com uma das inflações mais galopantes do mundo. O aumento dos preços de bens e serviços comercializados era assustador, inquietante para todos, especialmente para os pais e mães de família. Resultado disso é que havia cada vez mais zeros nas notas de Cruzeiro e menos dinheiro no bolso do cidadão.

Nunca é demasiado repetir que, entre 1965 e 1994, acumulamos inacreditável inflação de R\$1,1 trilhão. Isso mesmo, uma hiperinflação de 16 dígitos, e, nesse mesmo período, o País cortou nada menos do que 12 dígitos da moeda nacional.

No processo histórico da inflação em nosso País, mais intensamente verificado na metade do século passado, várias foram as causas que levaram à espiral inflacionária. Entre essas, o excesso de gasto público, as crises políticas, a crise internacional do petróleo e o endividamento crescente do País no exterior. Quando as várias tentativas de estabilização no índice dos preços desandaram, a inflação atingiu patamares superiores a 1000% ao ano. Em decorrência dos preços galopantes, os agentes econômicos os vinculavam aos índices da inflação, mas todas essas medidas eram inócuas e somente alimentavam ainda mais o preço de tudo. E os salários, por mais que fossem reajustados, não conseguiam acompanhar a escalada dos preços.

A cada mês se perdia o poder de compra do Cruzeiro, a moeda da época. A desconfiança em nossa economia era enorme. A desarticulação da vida econômica era total. Um dos resultados mais nefastos da inflação é a perda de poder aquisitivo dos salários. Quem mais perde com ela são os mais pobres, apesar de ela afetar a vida de todos, dificultando qualquer tipo de planejamento, a curto, a médio ou a longo prazo. Todo empreendimento se torna uma aventura, seja individualmente, seja das empresas ou dos governos.

O período anterior ao Plano Real foi amargo para a economia das famílias brasileiras e também para o nosso País. O Plano Real conseguiu mudar a trajetória ascendente da escalada dos preços, desativando o sistema de indexação da moeda. Com isso, a saúde de nossa vida econômica pôde ser restabelecida. Deixamos de vivenciar taxas de inflação de quatro dígitos ao ano para conviver com taxas civilizadas de um dígito ao ano. Com isso, houve possibilidade de uma sensível melhoria da renda das camadas menos favorecidas da população.



E mais importante ainda é que a superveniência do Plano Real nos permitiu enfrentar várias crises econômicas internacionais e nacionais, como a mexicana, de 1994; a asiática, de 1997; a russa, de 1998; a desvalorização cambial, de 1999; e a crise argentina, de 2001. Agora, mais recentemente, a bolha imobiliária nos Estados Unidos e a crise no mercado europeu.

Atualmente, a nossa moeda, o real, é a 16ª mais negociada no mundo, e deixamos para trás as desconfianças internacionais sobre a capacidade de o Brasil se organizar economicamente. Uma economia estável, com a inflação domesticada, permitiu ainda que se iniciasse no Brasil um dos maiores programas de redistribuição de renda do mundo.

Tudo isso é muito positivo, mas há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de diminuir as desigualdades no Brasil. O importante é que o primeiro passo já foi dado lá atrás, em 1994, com o Plano Real, um patrimônio do Brasil e de sua sociedade.

Por isso, gostaria de fazer esta homenagem ao saudoso Presidente Itamar Franco e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso (*Palmas.*). Eles trabalharam com determinação, junto com sua equipe, que tinha nomes como Pêrsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho e Winston Fritsch. Em nome deles, saúdo todos os demais que colaboraram para esse êxito.

O Plano Real, como bem assinalou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, é uma demonstração de que é possível mudar o mundo quando se tem vontade e capacidade para fazê-lo.

E essa determinação, a vontade de acertar e o espírito democrático é que marcaram a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem tive a honra de trabalhar na sua equipe ministerial.

Tenho ainda a certeza de que todos nós Congressistas, em nome da estabilidade e da prosperidade, teremos serenidade neste ano eleitoral para não abrir as portas da inconsequência fiscal.

O Senado Federal tem feito a sua parte. Além de votarmos leis que aperfeiçoam nossa democracia e também a economia, estamos cortando gastos, ampliando a transparência, fundindo organismos internos, reduzindo contratos, extinguindo funções comissionadas e eliminando desperdícios e privilégios. Em 2013, ao contrário das suplementações orçamentárias habituais, deixamos de gastar R\$275 milhões.

Estamos todos aqui, tenho certeza, imbuídos da preservação do legado do Plano Real, que são muitos, especialmente, permitam-me destacar, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e colaborar para o equilíbrio de nossas contas, para que o Brasil seja cada vez mais o Brasil real e nunca mais seja o Brasil surreal de outrora.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu gostaria de destacar as honrosas presenças do Prefeito de São João do Caiuá, no Estado do Paraná; do Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Djalma Bastos de Moraes; da Sr^a Maria de Lourdes Abadia, que foi Governadora do Distrito Federal no período de 2006 a 2007; e gostaria de destacar a presença do Silvano Gianni, representando o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi.

Concedo, com muita satisfação, a palavra ao Senador Aécio Neves.
(Palmas.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo o Ilustre Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, o caríssimo Presidente e Senador Fernando Henrique Cardoso, os senhores membros da Mesa Diretora, Senador Romero Jucá, Senador Flexa Ribeiro, os senhores coautores desta convocação à celebração dos 20 anos do Plano Real, Deputados Luiz Carlos Hauly e Mendes Thame.

Saúdo, de forma especialíssima, os amigos economistas Gustavo Franco e Edmar Bacha, que aqui representam os demais formuladores do mais bem-sucedido plano de estabilidade da moeda já implementado em todo o mundo, pelo menos nos últimos 50 anos.

Caríssimos Parlamentares aqui presentes, permitam-me saudar a todos nas figuras do Senador Aloysio Nunes, Líder do meu Partido, e do Senador Agripino Maia, Presidente e Líder do Democratas. Ilustres e inúmeros Parlamentares aqui presentes, eu os cumprimento nas figuras do meu Líder Antonio Imbassahy, do Líder do Democratas, Mendonça Filho, e do Líder do PPS, Rubens Bueno.

Saúdo também, de forma muito especial, a presença entre nós do Dr. Djalma Moraes, que aqui representa a família do saudoso ex-Presidente e nosso colega Senador Itamar Franco.

Caríssimo Presidente e amigo Fernando Henrique Cardoso, esta Casa, que já teve o privilégio, por tantas vezes, de ouvi-lo em debates memoráveis, seja como Líder do PMDB, depois como Líder e fundador do PSDB, recebe-o hoje em um ato de celebração, que, eu acredito, reúne também, simbolicamente, todos os brasileiros. Acredito que se aqui pudesse estar, cada um dos cidadãos deste País daria o seu próprio testemunho: nenhuma outra reforma econômica na nossa história recente foi mais transformadora do Brasil que o Plano Real, que este ano alcança duas décadas. Certamente por isto: uma presença tão expressiva aqui, hoje, neste plenário, de lideranças municipais, de ex-Parlamentares e de cidadãos brasileiros.

Nunca é demais, mesmo que superficialmente, lembrar o cenário crítico que prevalecia até então. Em abril de 1990, a inflação acumulada em 12 dozes era de 6.821%, absoluto recorde até hoje em nossa história. Foram mais de 10 anos de inflação acima do patamar de 100%. A média da década alcançou inacreditáveis 694%.

Digo isso apenas porque, para as novas gerações, especialmente para elas, que nos ouvem e que não vivenciaram a ruína da hiperinflação brasileira, parece uma realidade absurda, impossível de ser associada ao País que somos hoje.



Naquele tempo, o grave desarranjo econômico agravava ainda mais a crônica pobreza existente, tornava mais aguda e destrutiva a desigualdade, solapando qualquer perspectiva de crescimento e uma mais justa distribuição das riquezas nacionais. Além do caos econômico, uma gravíssima crise política tomava o seu curso. Essa era a nossa circunstância, a nossa conjuntura, naqueles anos, que tisonava o promissor caminho do País do futuro.

Até o advento do Plano Real, seis diferentes planos foram levados a cabo para estabilizar a economia brasileira, desde meados da década de 80. Todos falharam. E alguns, é bom lembrarmos, comprometeram ainda mais as condições básicas para a tão sonhada estabilização. Com o mineiro Itamar Franco, a quem homenageio hoje e reverencio a sua memória, viramos essa página da nossa história. E uma nova história se iniciou.

Em uma atitude política corajosa e em tudo surpreendente para o ambiente da época, Itamar convoca Fernando Henrique Cardoso – então Ministro das Relações Exteriores – para o Ministério da Fazenda. A aposta do Presidente não se baseava nas razões técnicas ou econômicas. O gesto político foi outro, de outra dimensão. Itamar alçou à posição central do comando da economia um brasileiro, na inteireza do que essa expressão possa significar; um gigante para os desafios que se colocavam à sua frente; um homem público extremamente preparado, experiente, confiável, com vida pública inatacável, e portador de incomparável competência e credibilidade.

E o principal: com ele, acrescentamos à luta daquele momento uma profunda compreensão sobre as mazelas do Brasil. Fernando Henrique foi o líder capaz de reunir inteligências, convocar sacrifícios e esforços, e fazer o País convergir para a trincheira da nossa principal batalha a ser travada contra o inimigo mais insidioso: a hiperinflação, que anulava o nosso presente e roubava o nosso futuro.

Especialistas testados e com grande capacidade de formulação, alguns deles aqui, para a nossa honra, hoje presentes, aceitaram o desafio e inauguraram a difícil jornada em direção à estabilidade econômica.

Precisamente duas décadas atrás, em 27 de fevereiro de 1994, era editada a Medida Provisória nº 434, que instituiu a URV (Unidade Real de Valor), o primeiro passo para que o Brasil voltasse efetivamente a ter uma moeda forte. Precederam a nova moeda medidas preparatórias extremamente importantes, acompanhadas de ajustes, diálogo e grande compromisso com a transparência.

Eu próprio me lembro, como Líder do seu Partido, Presidente, das inúmeras, das centenas de vezes em que V. Ex^a aqui esteve, não no plenário apenas, mas em reuniões menores, em gabinetes de Lideranças, em gabinetes individuais, para dizer que aquela era uma oportunidade que não tínhamos o direito de perder.

Como o processo inflacionário transformara os orçamentos públicos em peças de ficção, para trazê-los de volta à realidade era preciso fazer um duro ajuste nas contas públicas.

Assim foi feito. A estratégia incluiu um programa de austeridade fiscal, o Plano de Ação Imediata, e a criação do Fundo Social de Emergência, com corte extremamente significativo de gastos públicos, além do combate à evasão de impostos e um maior rigor na rolagem das dívidas dos Estados.



O novo plano foi, assim, concebido de maneira original, evitando erros cometidos nas inúmeras tentativas anteriores. Não houve congelamento de preços, não houve “pacotagens”, tampouco houve surpresas.

O Plano Real fez da descrença nos planos econômicos e na suposta fragilidade política de um governo de transição a sua maior força. Compartilhou e dividiu com todos a sequência dos passos que seriam dados. Abdicou de intervir nas relações contratuais e assumiu, claramente, a incapacidade momentânea do Estado em assegurar a cada um a justa remuneração e os preços relativos. Depositou sua crença na força reorganizadora e mobilizadora da economia de mercado.

Uma nova pedagogia voltada para a construção de mercados saudáveis e de um ambiente de preços livres e estáveis foi contagiando os brasileiros e, com o condão da previsibilidade, também as relações econômicas.

A nova moeda entrou em circulação no dia 1º de julho daquele ano, sob o agouro de pescadores de águas turvas que preferiam classificar o plano de estabilização como – abro aspas – “estelionato eleitoral”. Vejam os senhores.

Era o oitavo padrão monetário brasileiro em 50 anos, durante os quais 18 zeros foram cortados de nossa moeda. Como teríamos eleições presidenciais dentro de alguns meses, o recado dos nossos adversários era claro: não lhes interessava o sucesso do plano, essa é a verdade. Eles não se dispuseram, um instante sequer, a abstrair os interesses eleitorais para emprestar apoio à iniciativa, à luta por um futuro melhor para todos os brasileiros. Pelo contrário: sonhavam em capitalizar nas urnas o agravamento do caos para apresentar-se ao País no figurino de salvacionistas.

Mais complexo ainda foi, mais adiante, conduzir a economia – e Fernando Henrique se lembrará muito disso – em meio às graves crises internacionais havidas no final da década, como, em especial, a asiática e a russa, o que nos exigiu ainda mais coragem e sacrifícios.

Vieram, em seguida, outros desafios: a reestruturação da dívida dos Estados, as privatizações, o fim de monopólios estatais e a abertura do Brasil para uma maior integração com o mundo.

A revolução silenciosa, progressiva, chegaria pouco depois, em 2000, com edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada, apesar da raivosa e violenta oposição do Partido dos Trabalhadores, assim como já ocorrera em todas as conquistas anteriores. Junto com ela, acrescentamos o tripé que por anos deu suporte à nossa economia, com sistema de metas de inflação e o regime de câmbio flutuante e um confiável superávit primário.

Vistas em conjunto, essas medidas mostram como a feição do País foi completamente redesenhada nessas últimas décadas.

Senhoras e senhores, somos hoje um outro país e certamente um país muito melhor. A estabilidade da moeda restituiu às pessoas referências de valor que a inflação corroera. Mais que isso, descortinou a possibilidade de o brasileiro voltar a sonhar com o futuro – e de planejar como chegar lá.

Lembrar e comemorar o aniversário de 20 anos do Plano Real é demonstrar, com as evidências históricas, o que o nosso País já foi capaz de fazer diante de um quadro de desesperança e de desorganização completa da vida cotidiana das pessoas e das empresas.



É assim que devemos tratar a atual safra de maus resultados e olhar para o futuro.

Vejam os senhores: em 2011, primeiro ano do Governo da atual Presidente, em toda a América Latina, o Brasil só cresceu mais que El Salvador; em 2012, superou apenas o Paraguai; em 2013, pelas estimativas da Cepal, apenas para ficarmos na América do Sul, nosso País só se saiu melhor que Venezuela; e, em 2014, também pela previsão, o Brasil só deve mais uma vez crescer mais que a Venezuela, entre todos os países latino-americanos.

A verdade é que os 12 anos de governo do PT levaram o Brasil a estar hoje, mais uma vez, mergulhado num ambiente de desesperança e descrença no futuro. Até a valiosa estabilidade da nossa moeda vem sendo colocada em risco, sob ataques sorrateiros daqueles que sempre foram seus mais aguerridos adversários.

Formulações ideológicas interferem no ambiente econômico, desvirtuam nossa política externa, afastam-nos do resto do mundo e colaboraram para levar o País a retrocessos impensáveis a esta altura da sua história.

Ganha corpo uma crescente hostilidade entre o Governo e o setor privado, que só prejudica o próprio País e, mais especificamente, os cidadãos brasileiros. Neste roldão, vão-se nossas maiores e melhores empresas públicas, sucumbe o BNDES, humilha-se a Petrobras, debilitam-se as contas públicas, soterradas sob maquiagens e malabarismos.

A desindustrialização, caro amigo Edmar Bacha, que tanto tem escrito sobre o tema, faz o País retroceder e drena o dinamismo da nossa economia.

É flagrante o desequilíbrio do balanço de transações correntes.

A equivocada diplomacia ideológica petista nos leva a vergonhosas omissões quando crises se agravam no nosso entorno, como ocorre agora na vizinha Venezuela. A comunidade internacional nos vê cada vez com maior desconfiança. Essa é a realidade.

De tijolo sólido, viramos hoje, Senador Aloysio Nunes, frágil economia. No ritmo atual, nosso PIB *per capita* demorará mais de 60 anos para dobrar. Apenas como exemplo: a China fará com que seu PIB dobre em menos de uma década. A verdade é que o Brasil tornou-se um país onde é cada vez mais caro produzir, gerar emprego e investir.

Precisamos, senhoras e senhores, reconquistar a competitividade, aumentar a produtividade de nossas empresas e de nossa mão de obra. A produtividade média da economia brasileira cresceu, desde 2011, neste Governo, apenas 0,4% ao ano, absolutamente nada. Nos oito anos anteriores – em função da força do agronegócio, mas, em especial, em razão das reformas estruturais por que passou a economia brasileira até meados da década passada –, a produtividade brasileira havia crescido em torno de 2% ao ano. Ou seja, houve um enorme mergulho também neste indicador.

Portanto, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, é forçoso registrar: quem suceder o atual Governo governará em anos difíceis até o Brasil recuperar o tempo perdido, reconquistar a confiança e reanimar o entusiasmo de sua gente num futuro melhor. Mas este futuro melhor virá, estejam certos.

É chegada a hora, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Presidente Fernando Henrique, de reconstruirmos um ambiente econômico saudável, com



fundamentos sólidos que permitam a recuperação desta confiança e da credibilidade brasileira. Um ambiente em que haja juros padrão BNDES para toda a economia e não apenas para os escolhidos da vez, que abra espaço para atuação da livre iniciativa e do investimento privado e promova o melhor funcionamento de uma economia de mercado mais produtiva e capaz de mobilizar o capital de que o País precisa para acelerar seu crescimento e beneficiar todos os brasileiros.

É fundamental recuperarmos a capacidade de regulação do Estado nacional e assegurar um ambiente propício à competição, garantindo a necessária segurança jurídica para a realização de negócios.

O País, senhoras e senhores, precisa fortalecer os órgãos de controle e fiscalização e resgatar a autonomia das agências reguladoras, livrando-as da captura por interesses privados, impondo a melhoria da qualidade na prestação dos serviços e resguardando o interesse dos cidadãos como consumidores.

O BNDES e a Petrobras, com a excelência que caracteriza suas trajetórias, precisam ser novamente colocados a serviço de todos os brasileiros e não às causas de um partido político.

E o principal: temos o dever de continuar a luta determinada para resgatar a enorme dívida social que o País ainda tem com milhões de cidadãos e garantir às novas gerações as condições para viver num Brasil mais justo, democrático e desenvolvido, em que as riquezas que pertencem a todos estejam a serviço de todos. Um país em que o conhecimento, a renda e as oportunidades sejam distribuídos com justiça. Enfim, um país que olhe seu futuro com mais esperança e menos sobressaltos.

Queremos, Srs. Parlamentares, senhoras que aqui nos prestigiam, oferecer aos brasileiros uma alternativa que reconstrua a confiança no País, como fez o Plano Real há duas décadas.

Queremos mobilizar os brasileiros de todos os cantos para acreditar nas instituições da democracia e nos pilares da liberdade e defendê-los sob o primado da ética, da cidadania e da transparência.

É urgente abrir espaços para que a sociedade restaure a fé nas possibilidades de seu próprio crescimento e ascensão social em ambiente de segurança, de participação e de respeito.

Precisamos de um novo choque de esperança e confiança, como aquele que o Plano Real produziu 20 anos atrás. (*Palmas.*)

O Brasil, senhoras e senhores, não pode mais se omitir no enfrentamento da tragédia da violência que se abate sobre todo o País, matando jovens e mulheres em níveis apenas comparáveis a países em conflito armado aberto no mundo, sob a visão contemplativa, hoje, do Governo Federal.

Não podemos continuar convivendo com carências agudas e insuficiências de toda ordem nos serviços públicos básicos de saúde, educação, segurança e transporte nas cidades brasileiras e nas suas periferias.

Precisamos nos livrar do estigma da desigualdade de oportunidades que condena as novas gerações a permanecer na pobreza, enquanto convivemos com o endêmico analfabetismo funcional.

E, por fim, mas não menos relevante: é vital recuperar, como tem dito sempre o Presidente Fernando Henrique, o entusiasmo da nossa gente, em



especial dos mais jovens, e a participação da cidadania na vida política, para pôr fim ao vale-tudo sem escrúpulos em que a política brasileira foi transformada.

O Brasil precisa de mudança, e os brasileiros vêm dizendo isso.

O Brasil precisa derrotar nas urnas a mentira e os pactos de conveniência.

Precisamos libertar o Estado brasileiro das amarras dos condomínios de poder que o capturaram.

Precisamos, senhoras e senhores, recuperar a confiança nas instituições, restaurar o protagonismo da cidadania e resgatar a perspectiva de prosperidade para todos os brasileiros.

Se já realizamos essa transformação uma vez, quando tudo parecia absolutamente impossível, temos condições de fazê-las novamente, em favor do povo brasileiro e dos seus sonhos, que são os nossos sonhos; em favor do povo brasileiro e das suas grandes esperanças, que são as nossas esperanças.

Não fugiremos, senhoras e senhores, à nossa responsabilidade. Estamos prontos para retomar o nosso destino e começar a escrever, junto com os brasileiros, novas e belas páginas da nossa história.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, que foi o requerente desta homenagem na Câmara dos Deputados. O Senador Aécio foi o requerente da homenagem no Senado Federal.

Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente Renan Calheiros; Ex^{mo} Presidente Fernando Henrique Cardoso, do governo de quem tive a honra de ser Líder e Vice-Líder, instituidor do Plano Real no Brasil durante o governo Itamar Franco, meus cumprimentos.

Registro a presença aqui de Djalma Moraes, representando a família de Itamar Franco, e a satisfação de ver toda essa Mesa representada por ilustres Parlamentares, Congressistas, Líderes do meu Partido, da Câmara e do Senado, e também, especialmente, por Edmar Bacha, com quem tive a honra de conviver por muitos anos no início do Plano Real, e, depois, com Gustavo Franco e todos aqueles arquitetos do Plano Real, no início da década de 90, quando eu estava aqui como Parlamentar e pude presenciar toda essa luta.

São 20 anos, meu caro Aécio e Mendes Thame, com quem, em conjunto, requeremos esta sessão. Pensamos, inicialmente, em fazer duas: uma na Câmara e uma no Senado. Mas o Senador Aécio entendeu melhor fazermos uma solenidade só, para dar a dimensão do momento histórico do Plano Real e dos 20 anos de sua colheita fértil, ainda. E também de termos aqui a oportunidade de um momento como este, com a presença da figura ilustre de Fernando Henrique, Edmar Bacha e tantos outros.

É indiscutível que o Plano Real foi um divisor de águas da vida brasileira. Há um Brasil antes e um Brasil depois do Plano Real. Inicialmente, a URV. Um programa consistente, não só a mudança da moeda, mas um programa consistente de combate à inflação, de estabilidade econômica, de transformação social do País.

Eu nem ousou dizer a inflação acumulada nos 20 anos anteriores. Estou duvidando ainda da casa dos trilhões, de tantos trilhões que deram. Eu ainda vou verificar esse número. Um número preliminar dá R\$94 trilhões. Gustavo Franco e Edmar, eu fiz essa conta, mas vou confirmar.

E o que o Real nos trouxe? Foram tantos os planos econômicos – o Senador Aécio já os citou aqui e não preciso citá-los novamente –, e como disse Fernando Henrique na comemoração dos 15 anos, “o Plano ajudou a consolidar a Nação brasileira e a construir uma nova fase democrática”.

Nós já havíamos conquistado a democracia, mas não sabíamos o que fazer com a economia, com a inflação, para produzir crescimento e distribuição da riqueza.

As transformações encaminhadas pelo Plano Real refundam o Poder Público e político deste País. Um novo Estado brasileiro pós-nacional desenvolvimentista.

A força e o alcance das medidas e dos conceitos implementados foram tão grandes que hoje, 20 anos depois, ainda colhemos seus frutos.

É muito importante que a população brasileira esteja bem informada a respeito das transformações que ocorreram desde então, não apenas para o justo



reconhecimento ao esforço que foi feito, mas para não permitir que os fundamentos do Plano Real sejam abandonados, o que seria trágico para o País.

Milhões de jovens – eu calculo, Presidente Renan e Fernando Henrique, mais de 60 milhões – não participaram, não sabem o que foi esse processo, porque eram muitos jovens ou nasceram depois.

Continuávamos prisioneiros do círculo vicioso dos déficits crônicos associados ao descontrole de preços. Mais uma vez, o descrédito da moeda, choques e choques.

O Plano deu certo, está aí, muito certo.

Não se pode esquecer de que a inflação prejudica, sobretudo, os mais pobres e que, portanto, nenhuma política de distribuição de rendas teria eficácia sem o controle de preços. A inflação não é apenas uma doença que prejudica os mais pobres e destrói o poder de compra de todas as rendas: salário, juros, aluguéis e lucros. A inflação é a base de uma tragédia social. O grande Keynes dizia que, se quiser destruir uma nação, comece por destruir sua moeda.

A moeda desempenha, na economia, três funções essenciais: instrumento de troca, medida de valor e reserva de valor.

Como instrumento de troca, a moeda permite a existência do mercado e os bilhões de trocas diárias, além de ser a base para a especialização profissional e a divisão do trabalho.

Como medida de valor, é a moeda que – expressa nos preços – permite à sociedade escolher como alocar os fatores de produção e, mais importante, estabelecer que quantidades produzir, como produzir e para quem produzir.

Como reserva de valor, a moeda permite aos que desejam poupar parte de seu trabalho, deixando de consumir hoje para consumir amanhã, por meio das várias formas de poupança.

A moeda é, portanto, a base mesmo do sistema capitalista e, de resto, de qualquer sistema econômico no qual haja especialização, divisão do trabalho e um mercado de trocas.

A inflação – e, sobretudo, a hiperinflação – significa a destruição completa e total das funções da moeda, levando invariavelmente ao atraso, ao empobrecimento e aos conflitos sociais.

Não se trata, portanto, de apenas controlar a inflação por causa dos males menores. O controle da inflação significa para a existência de uma nação o que o oxigênio significa para um ser vivo.

Para os trabalhadores, o pequeno empreendedor, o homem do campo, que tanto produz para alimentar a Nação e alavancar a balança comercial, naquela época, não havia esperança, não havia perspectiva de futuro, porque, junto com milhões de tantos outros brasileiros, os seus ganhos eram simplesmente moídos pela especulação inflacionária.

Não só o plano, não ficamos só no plano. Foi um plano que, como dissemos, lançou as bases de um projeto de nação para o Brasil; um projeto que, do ponto de vista econômico, tem suas bases na estabilidade de preços, na responsabilidade fiscal – a Lei de Responsabilidade –, no controle de fundamentos macroeconômicos e na construção de uma infraestrutura sólida e moderna.



O projeto de Nação proposto pelo Plano Real é abrangente e realista, reconhece nossas limitações e estimula nossa capacidade de trabalhar e produzir.

No Plano Social, cabe destacar o papel relevante do Programa Comunidade Solidária, de D. Ruth Cardoso, que foi à sociedade para participar desse processo. Cito a Lei Orgânica da Assistência Social, os programas de prestação continuada, o Pronaf, o Pronafinho, o Proger, securitização da dívida de milhões de agricultores, criados pelo PSDB. Cito também os programas sociais das bolsas, Escola, Alimentação, Medicamento, que foram apropriados e mantidos com nova rotulagem pelo Partido dos Trabalhadores. Os fundamentos estavam ali. Estabelecemos um novo referencial.

Como Líder à época, defendi, no plenário do Congresso, a aprovação da medida provisória. Mesmo vendo um caos financeiro, o PT, justamente o Partido dos Trabalhadores, fez de tudo para impedir a criação do Plano Real. Aqui eles criaram uma verdadeira tropa de choque, e eu, juntamente com outros colegas, como Líder do Governo Fernando Henrique e defensor do Plano Real, por diversas vezes fui agredido e ameaçado, física e verbalmente. Lembro perfeitamente das votações importantes que tivemos aqui. Todas elas eram dramáticas! Não faziam, como hoje nós fazemos, uma oposição responsável, edificante, democrática, republicana! Não! Era uma oposição terrível!

E as minhas previsões da época estavam corretas. A capacidade de apresentar e cumprir projetos para a área fiscal, econômica e social... O Presidente Lula saía por todo o Brasil, pelos quatro cantos do Brasil, dizendo que o Real era mais um plano eleitoral, sem nenhuma consistência. Era o discurso típico de quem não tinha bandeira para defender. E eu lembro aqui: que plano eles apresentaram quando ganharam o governo depois de duas derrotas sucessivas? Nenhum! Não havia plano! Pegaram o Plano Real e o tocaram, *laissez faire, laissez passer*. Tocaram!

Até que começa a dar sinais de esgotamento. Há um esgotamento. Como filhos pródigos, gastaram os bens, a boa herança, e é preciso que o pátrio poder daqueles fundadores do Plano Real reassumam essas funções.

Ele não enxergou essas dimensões – o PT e o Lula. Contrapuseram. E, realmente, é um divisor... Mas o atual Governo, meu caro Aécio Neves, está realmente... Não quero falar dos esqueletos, estou pulando todas as folhas do discurso para ir aos “finalmentes”.

Fundo de Garantia. Nós pagamos o maior acordo trabalhista da história deste País, e fui o Relator. A lei de exportação de produtos *in natura*, que transformou a agricultura deste País. O Simples, que foi transformado depois no Super Simples, Silvano. Quanta luta!

Mas eu quero dizer, Aécio, que, assim como Fernando Henrique e sua equipe em 1994, é chegada a hora de assumir um papel semelhante para lançar os fundamentos do Plano Real 2.

O sonho não concretizado de Tancredo, seu avô, e na experiência exitosa do Plano Real, o momento é este, de liderar as reformas estruturais de que tanto o País precisa.

Senador Aécio Neves, é chegado o momento de assumir a Presidência deste País um homem público que tenha capacidade para romper com



toda essa estagnação e imobilismo, o qual possa dar um norte de crescimento e de esperança para o povo brasileiro.

O Brasil vive, sim, uma crise econômica; o Brasil vive, sim, uma crise política, mas o Brasil vive, sim, a pior das crises, a crise de falta de liderança! E é por isso que essa nuvem de desconfiança que paira sobre o Brasil precisa ser dissipada nas eleições de outubro.

Quem olha o Brasil diz: por que o País não cresce como a China? Essa é a base que nós queríamos no Plano Real e que foi abandonada. Por que o Brasil não tem prosperidade e falta tudo – estradas, portos, aeroportos, hospitais e escolas?

Então, esta é a hora, e está nas mãos do povo brasileiro escolher se queremos naufragar no pântano da inflação e da anarquia social ou se queremos retomar as diretrizes de um projeto de Nação que aponta o caminho da estabilidade, da prosperidade e da paz.

É isso, Presidente Renan. Nós temos muito orgulho desse processo histórico, da democracia, dos nossos fundadores, que são os mesmos, da estabilidade econômica e da inclusão social de mais de 50 milhões de pessoas, que ascenderam para a classe C e, alguns, para a B.

Deus abençoe o nosso País e o futuro da nossa Nação!

Estamos prontos para essa nova etapa. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, sempre Presidente Fernando Henrique Cardoso, Senador Aécio Neves, Dr. Edmar Bacha, Dr. Gustavo Franco, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Líderes, Srs. Prefeitos, Autoridades, minhas senhoras e meus senhores, Presidente Fernando Henrique, acho que esta sessão precisava acontecer.

Veja o senhor, estamos fazendo 20 anos de existência do Plano Real. Eu entrei na faculdade com 18 anos; com 20 anos, eu estava no terceiro ano de Engenharia. Com 20 anos, há uma infinidade de jovens que estão hoje na faculdade, já estão trabalhando e não conheceram a inflação. Não sabem o que eu sei, porque, quando fui governador pela segunda vez, em 1991, enfrentei inflação que chegou a 20% ao mês. Eu guardo, Senador Aécio Neves, memórias terríveis da inflação de 20% ao mês: eram greves, era reposição salarial, era correção monetária. Eu guardo trauma do meu tempo de governador pelo produto do que foi a inflação, inflação com a qual o Plano Real acabou.

Talvez este seja o momento de fazer a reflexão devida, porque as pessoas se habituariam às coisas boas e acham que ninguém fez nada mais do que sua obrigação. Agora, acho que este é o momento de lembrar como foi duro fazer aquilo que era obrigação.

Eu não participava da equipe econômica, mas tenho certeza de que o Plano Real fundamentou-se em um tripé básico: estabelecimento de metas de inflação, câmbio flutuante e o estabelecimento de um superávit primário.

O que era mais difícil de ser enfrentado para debelar a inflação? Era, de um câmbio aloucado, fazê-lo flutuante? Complicado! Câmbio flutuante envolve competitividade do País para exportar, para gerar divisas; ter credibilidade para atrair investimento direto. Naquela época, o Brasil não tinha nada disso. A tarefa de estabelecer o câmbio flutuante, além de corajosa, era difícilíssima!

Quanto ao estabelecimento de superávit primário, esta é a responsabilidade fiscal: arrecadação *versus* despesa. Esta está nas mãos do Governo, desde que ele seja responsável. Não é o estabelecimento de metas de inflação; isso é a consequência de tudo.

O que foi o mais difícil dentre todos esses elementos do tripé? Eu acho que não foi nenhum deles. Vendo de fora, Presidente Fernando Henrique, o mais difícil foi destruir a memória inflacionária.

Quantos planos existiram antes do Plano Real? Vários: Plano Bresser, Plano Verão, plano “não sei o quê”. Nenhum deles vingou, Professor Bacha, porque, com muita engenhosidade, criou-se a URV. Mas, mais do que a URV, em um segundo momento, elaborou-se uma lei que acabou com a correção monetária; fez-se a Lei de Responsabilidade Fiscal; fez-se a renegociação das dívidas dos Estados e dos Municípios. Tudo isso para fazer parte de um programa de estabilidade da economia bem engendrado.

Mas aí é onde entra o grande fator, que difere os tempos de 20 anos atrás dos tempos de hoje. Ouço falar que, às sextas-feiras, às 18h30, sob a chefia do Chefe da Casa Civil, durante 8 anos, ocorria uma reunião da Câmara de Políticas Econômicas – Câmara de Políticas Econômicas! O maestro, o Presidente da



República, não se fazia presente, mas estavam lá o Banco Central, estavam lá a Fazenda, o Planejamento, estavam lá as pessoas que, harmonicamente, sem disputar umas com as outras, mas raciocinando umas com as outras, trabalhavam para debelar a inflação.

O maestro chama-se Fernando Henrique Cardoso, que deu ao País o seu grande patrimônio de inflação civilizada. E talvez hoje, decorridos 20 anos de estabilidade da economia, seja o momento certo de fazer a reflexão a esses jovens – que nunca conheceram, como eu conheci, a inflação – para darem valor ao fim da inflação e conhecerem o mérito de quem tem mérito para fazer o que foi feito. Isso porque há um contraponto a ser observado.

Líder Imbassahy, Fernando Henrique entregou a Presidência da República... Eu não digo que estivesse um mar de rosas, mas o País tinha as finanças equilibradas, tinha quadros de responsabilidade nas funções, tinha uma projeção de modernidade apontada com as agências reguladoras, tinha um padrão ético respeitável. Entregou um Brasil novo a quem o sucedeu. Democraticamente.

E qual é o Brasil de hoje? É o Brasil de um baixo crescimento. Em 4 anos, 1,9 ponto percentual de crescimento de PIB – pelo amor de Deus! Isso é o legado de Fernando Henrique Cardoso? Em 4 anos, 1,9 ponto percentual em média de crescimento de PIB? Para um País que teve a inflação domada?

É um País hoje que luta com taxa de juros; é o único remédio que o Governo tem para combater a inflação resistente, porque não tem coragem de combater o mal maior que é o gasto público de má qualidade, porque vai de encontro aos seus interesses políticos, aos seus apadrinhados.

O País de hoje é um país incompetitivo e desindustrializado! Incompetitivo porque não tem infraestrutura. Investe 2,5% do PIB – são os investimentos federais.

É um País de carga tributária incivilizada, de uma taxa de juros que é uma das maiores do mundo.

Incompetitivo! Fadado ao fracasso!

O superávit primário é mantido com a famosa contabilidade criativa. Essa é a novidade que nos tirou a credibilidade internacional. O Brasil hoje é um país sob risco no plano da credibilidade internacional, porque inventou uma contabilidade criativa, que tirou a responsabilidade ou a credibilidade dos números do Brasil junto à comunidade econômica internacional.

Uma Petrobras enrascada, um patrimônio dos brasileiros, usada politicamente em campanha eleitoral, que hoje se encontra mazelada e enrascada pelo mau uso, feito pelo Governo diretamente!

Investimentos poucos e lentos. E o pior de tudo: a perda da credibilidade por todos esses fatores.

Mas, Presidente Fernando Henrique, eu fiz questão de vir aqui dar esta minha palavra rápida para dizer que aqui eu lembro a figura de Marco Maciel, seu vice-Presidente da República, um homem afável, colaborador, que só lhe criou facilidades, nunca dificuldades, e para dizer que ele, que é um democrata, como eu, raciocinando como eu, junto com vocês, tucanos, eu quero dizer o que eu penso: cesteiro que faz um cesto faz um cento. Quem fez o cesto foi essa equipe que está aqui e que viabilizou o Brasil moderno (*Palmas*).



O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Cesteiro que fez um cesto faz um cento, e nós estamos vivos, de pé, prontos para a luta. Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedemos a palavra ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Presidente do Senado, Renan Calheiros, Sr. Senador Aécio Neves, meus companheiros de Mesa aqui presentes, senhoras e senhores aqui presentes, parlamentares, amigos todos, não é a primeira vez que eu venho a este Senado da República para celebrar o fato de que nós conseguimos criar uma moeda estável, e, a partir daí, as perspectivas para o desenvolvimento do Brasil se abriram e se estão consolidando.

Mas eu venho com emoção cada vez que tenho o prazer de voltar a assumir esta tribuna, na qual eu me treinei, vindo da academia em épocas difíceis, quando nós jurávamos a Constituição – ainda era o regime militar – e, em seguida, dizíamos que faríamos tudo para mudar aquela Constituição. E foi aqui que eu aprendi, nos embates com pessoas valorosas – não me referirei a nomes para não pecar por omissão –, aquilo que me parece essencial: não se constrói nada no isolamento.

A construção de uma nação não é fruto de uma vontade isolada; ela é um trabalho de ourivesaria e que requer uma convergência de esforços. E foi isso que nós fizemos quando nos tocou o momento de enfrentar a questão da inflação. Nós não viemos do zero, os planos anteriores ensinaram. Muitos dos que trabalharam comigo na equipe econômica haviam trabalhado em planos anteriores, notadamente no Plano Cruzado. E a história não se faz a partir do zero; ela vai se construindo, vai se refazendo, vai se remodelando e requer certa humildade para entender o que já foi feito, por que se errou, onde se acertou, como reatar os fios, como continuar e como levar adiante.

Devo dizer que, para mim, foi uma surpresa enorme, quando eu era Ministro das Relações Exteriores, ter sido indicado pelo Presidente Itamar Franco para o Ministério da Fazenda. Foi mais do que uma surpresa, foi quase que um susto, porque, na verdade, àquela altura, ser deslocado do Ministério das Relações Exteriores, onde eu tinha alguma familiaridade com os temas, para enfrentar uma situação econômica – eu era o quarto ministro em sete meses – era mais do que uma aventura: era uma condenação ao fracasso.

E o Presidente Itamar teve a intuição de que talvez fosse o momento de colocar alguém que, embora não economista, pudesse convencer os outros, primeiro os próprios economistas, depois o Congresso e, depois, o País, de que haveria um caminho. Devo dizer que, se não fosse a permanente atitude do Presidente Itamar de apoio ao que eu estava fazendo, eu não poderia fazer. Na verdade, quando se tem que tomar decisões que afetam o conjunto do País, ou se tem um Presidente que dá força ou é muito difícil caminhar. O Presidente Itamar deu força a tudo que eu havia proposto a partir das sugestões da equipe econômica e do diálogo permanente com o Brasil.

Entendi, desde o primeiro momento, que o desafio era aquele mesmo. Recordo-me de que eu estava nos Estados Unidos, voltando do Japão, quando fui surpreendido por uma ligação telefônica do Presidente Itamar, que me perguntou se eu aceitaria ser Ministro da Fazenda. Fiz tudo para que ele não mudasse o então Ministro, Eliseu Resende, que viria a ser Senador mais tarde, porque eu acreditava que o Ministro Eliseu Resende estava fazendo um esforço para reconstruir as nossas finanças. O Presidente Itamar me disse: “Vou conversar com ele, mas acho



difícil". Retruquei: "Presidente – eu tinha intimidade com o Presidente –, estou longe, não quero faltar à sua confiança, mas, por favor, mantenha o Eliseu". Mais tarde, recebi um recado do Presidente Itamar – eu estava jantando na casa do então Embaixador Sardenberg –, por intermédio da esposa do Embaixador Sardenberg, de que o Presidente da República não precisava mais falar comigo. Fui para o hotel feliz: "Bom, continuo Ministro das Relações Exteriores". Acordei com a voz indignada da minha mulher dizendo que eu havia sido, na verdade, nomeado Ministro da Fazenda pelo Presidente Itamar Franco. Ela não havia entendido por que e como eu tinha sido louco de aceitar. Eu ainda tentei dizer que não tinha aceitado nada. Ela não acreditou. Até que, mais tarde, o Secretário-Geral do Ministério, que era o Embaixador Lampreia, telefonou-me e disse: "Ministro, o senhor agora é Ministro da Fazenda".

Bom, eu assim virei Ministro da Fazenda. A primeira coisa que fiz foi, com humildade, chamar aqueles que eu acreditava que poderiam me ajudar. Chamei o Pedro Malan, que era negociador da nossa dívida e era representante do Brasil, acredito, no Banco Mundial. Em seguida, chamei o Armínio Fraga, que estava por lá, que veio até mim, até a nossa representação na ONU, para conversar com ele. Nenhum dos dois pôde aceitar vir ao Brasil para trabalhar comigo. O Malan fez uma concessão: talvez viesse nos ajudar uma semana por mês.

Voltei, no avião, com o meu então Chefe de Gabinete do Ministério das Relações Exteriores, conversando com ele e formulando o discurso que faria, e que fiz. Cheguei ao Brasil e, no mesmo dia, recebi o Ministério da Fazenda. Aí tive a ousadia. Eu disse: "O Brasil tem três problemas principais: o primeiro é a inflação, o segundo é a inflação e o terceiro é a inflação, e nós vamos acabar com a inflação". Meu Deus, como? Como? (*Palmas.*)

Se os líderes não têm conhecimento das coisas, não têm ousadia e também não têm a humildade para saber que sozinhos não resolvem, não avançam. Minha primeira preocupação foi criar uma equipe, um conjunto de pessoas que pudessem me ajudar, porque eu nunca tive a pretensão de saber tudo, porque eu não sabia.

De fato, criamos. Não preciso mencionar... Dois ilustres membros dessa equipe estão aqui presentes: Edmar Bacha e Gustavo Franco. Foram muitos outros: André Lara Resende, Fritsch, Pedro Malan... Muitos outros colaboraram, muita gente ajudava. E nós levamos, quase que num *bunker*, quase que num isolamento, tentando entender o que fazer, Tateando, aproveitando a experiência que muitos já haviam tido ao lidar com os problemas inflacionários e, ao mesmo tempo, fazendo uma pregação.

Se algum papel eu tive, foi o papel de ser o porta-voz de um clamor que estava no Brasil. O Brasil não aguentava mais a imprevisibilidade gerada pela inflação. Se alguma participação mais ativa eu tive neste processo, foi, primeiro, mantendo o Presidente Itamar sempre alinhado com aquilo que nós estávamos construindo, segundo, fazendo com que meus colegas de governo no Ministério – e aqui haverá alguns que foram colegas meus naquela ocasião – entendessem do que se tratava e, terceiro, fazendo com que o Congresso Nacional também tivesse a necessária informação e consciência do desafio que nós estávamos enfrentando.

Já foi mencionado aqui que eu vim inúmeras vezes ao Congresso. Eu tinha a vantagem de ser Senador e, portanto, enfrentar, de peito aberto, os meus



companheiros do Senado, sem o temor que os tinham os ministros, que não tinham, ao mesmo tempo, a posição política que eu tinha... Eu havia sido Líder do PMDB e do PSDB e tinha familiaridade com este Congresso. Eu vinha, frequentemente, ao Congresso, à Câmara dos Deputados, ao Senado, às Comissões, às reuniões, para defender um ponto de vista, para convencer o Congresso Nacional de que havia um caminho. E eu falava quase que diuturnamente na televisão, no rádio, com a imprensa do meu País para preparar um caminho para que a população também fosse receptiva às transformações que nós iríamos começar a desencadear no País.

E tomamos, logo de início, uma importante decisão: ao invés de surpreendermos o País com medidas que apareceriam no *Diário Oficial* informando que a taxa de câmbio mudou, que a poupança foi confiscada, que a taxa de juros também mudou... Nós iríamos dizer, com antecipação, o que iríamos fazer. É uma decisão difícil, porque não é tecnocrática; é uma decisão de confiança no País, de confiança na população.

E eu devo lhes dizer, também com humildade, que nem sempre se pode fazer o que se vê com clareza como o melhor caminho. É preciso que o País esteja preparado para escutar, e nem sempre o País está disposto a escutar. Naquele momento, a situação era de tal desespero que a própria sociedade queria um novo caminho. Ela estava com os ouvidos abertos ao novo caminho.

E, na implementação desse programa, o tempo todo nós procuramos ampliar os apoios. Eu fiz tudo que podia, tudo, para convencer o Partido dos Trabalhadores de que o meu objetivo era algo positivo para o País e que os trabalhadores, os mais pobres, seriam beneficiados. Chamei ao meu apartamento, aqui, em Brasília, o Líder do Partido, que era, então, o Lula, e o José Dirceu e tentei convencê-los da possibilidade de o Brasil avançar e da necessidade de aquele programa ser nacional.

A pergunta que me foi feita era muito simples: “E você acha que o PSDB vai ter um candidato competitivo, capaz de ganhar do nosso candidato?!”. Esse candidato era o Lula. Eu disse: “Com sinceridade, eu não creio”. O PSDB, àquela altura, cogitava até de apoiar o próprio Lula. Eu disse: “Não creio”. Eu não acreditava mesmo. Não era esse o meu objetivo. O objetivo era convencer de que era bom para o Brasil e que era preciso unir forças.

Fracassei em convencer a liderança do principal Partido de Oposição naquele momento. Chamei todos os líderes sindicais, sem exceção – Vicentinho, Medeiros –, todos, ao meu gabinete e expliquei. Num dado momento, um deles me disse a respeito da URV: “Mas isso quer dizer que nós vamos ter a correção dos nossos salários no dia a dia?” Eu respondi: “É isso!” “Mas isso é o que nós sempre quisemos!” “Pois é. Então, por que não apoiam?” Eles entendiam e, não obstante, iam para a Imprensa e diziam o contrário: “Esse plano é de austeridade. Mais uma vez, a classe trabalhadora vai sentir o peso da repressão salarial. Mais uma vez, a reconstrução das finanças vai ser feita à custa do povo brasileiro”. Era mentira! E sabiam que era mentira, porque eu expliquei em detalhes: “Não é isso. Nós não vamos criar um programa que tenha como consequência jogar o peso do ajuste nos que menos podem, nos mais pobres. É o contrário. Os que não têm conta no banco não têm o reajuste automático dos seus valores, dos seus haveres. E a maioria dos trabalhadores e dos brasileiros não tem conta em banco. Nós vamos resolver essa questão”.



Por razões compreensíveis do jogo político, mas indesculpáveis do ponto de vista nacional, não era possível obter o apoio. Mesmo assim, boa parcela da população se convenceu de que era chegado o momento de seguir adiante: empresários, a própria mídia... E foi fundamental. Um programa complexo! Aquilo que foi terminado no dia 27 de fevereiro de 1994, a Unidade Real de Valor, era muito difícil de explicar. Era muito difícil de explicar que era estável essa unidade de valor. Não obstante, o povo entendeu. E nós tomamos outra decisão, ousada à época: ao invés de decretarmos, obrigatoriamente, que todos passariam de uma moeda à outra, demos a opção. E sempre respeitamos a institucionalidade, as leis. Na feitura do Plano Real, foi importantíssima a decisão tomada de que nada seria feito em detrimento do ordenamento jurídico. É o único plano que não foi embargado. Agora mesmo o Tribunal está para julgar uma decisão sobre planos e o Plano Real não está nessa situação, porque não houve desrespeito ao ordenamento estabelecido. Nós confiamos que as pessoas saberiam escolher qual era o melhor caminho. E, para a nossa surpresa, em dois ou três meses, o conjunto da economia nacional já tinha mudado da moeda então vigente, que era o Cruzeiro Novo, para a URV, que, no dia 1ª de julho, se transformaria em Real: uma moeda nova. E esta moeda nova, exatamente como já foi aqui referido, para evitar a memória inflacionária e para despertar a crença da população, não constou, simplesmente, do corte de zeros: mudamos, fisicamente, a moeda, no conjunto do Brasil, num só dia – uma operação de guerra!

A feitura das novas moedas foi feita aproveitando-se as chapas antigas e os peixes antigos. O Presidente Itamar não gostava de peixe, porque acreditava que não dava sorte; não obstante, não tínhamos outras formas de fazer a nova moeda, e assim fizemos. Sem que a opinião soubesse, preparamos uma enorme quantidade de moedas e de bilhetes, para, no mesmo dia, dizer ao Brasil: “Daqui por diante, o Brasil é outro”.

E tudo isso para quê? Para despertar confiança. O líder que não desperta confiança não é líder; o líder que não aponta o caminho não é líder; o líder que pensa que ele, sozinho, desperta confiança, sem ter um apoio bastante tecido com outras forças da sociedade, tampouco é líder. Pode haver líder na ditadura, que imponha pela força, mas o líder democrático convence, explica, ouve, tem que ter a humildade de ouvir, para, então, poder construir uma relação de confiança.

Isso foi o Plano Real: foi uma construção política, foi uma construção que nasce da democracia, que percebeu que o momento era da democracia e que, portanto, não haveria que fazer imposição, senão haveria que fazer um apelo, um convencimento, para que pudéssemos avançar.

Mas o Plano Real não nasceu do zero; foi sendo construído. Foi muito difícil; estávamos em moratória. Foi muito difícil romper com a moratória.

Eu era Líder do Governo, conforme havia sido designado pelo Presidente Itamar Franco e mantido pelo Presidente Sarney. E houve um dia em que, pela manhã, o Presidente Sarney me pediu que fosse ao Palácio da Alvorada, juntamente com o Líder do Governo na Câmara. E fomos ao Alvorada, onde o Presidente Sarney nos disse que o Brasil iria entrar em moratória, pedindo, então, que convocássemos os Líderes, para comunicar, com antecipação, que, naquele mesmo dia, haveria a moratória.



E eu ainda objetei ao Presidente Sarney na época, recordo-me: “Presidente, moratória é algo muito dramático, muito difícil. E aqueles, que estão hoje nas ruas pedindo para suspender o pagamento das dívidas, não vão aplaudir, no dia seguinte, o seu gesto corajoso de declarar a moratória”.

Na verdade, o Presidente Sarney não tinha alternativa, porque, tecnicamente, não tínhamos mais como fazer frente às nossas dívidas. Estávamos quebrados; não era em moratória. E o Brasil entrou em moratória.

Para poder reconstruir a confiança, não só foi feito o que disse aqui a respeito do Real e que todos mencionaram – e já me referirei aos discursos que me precederam –, mas tivemos que reconstruir também a credibilidade junto aos nossos credores. Não foi fácil! Não vou entrar em detalhes, mas foi muito difícil.

O Fundo Monetário Internacional – isso é pouco sabido – não apoiou o Plano Real. Quando o Ministro Malan era, então, Presidente do Banco Central e eu, Ministro da Fazenda, ele combinou comigo que iria a Washington para renegociar a possibilidade da moratória e também do Plano Real. A certa altura, ele me pediu que fosse aos Estados Unidos, porque ele não via condições de termos a nossa perspectiva aceita pelo Fundo Monetário.

O Presidente do Fundo Monetário, à época, era o Sr. Michel Camdessus, que, por coincidência, eu já conhecia, pois sou amigo do ex-Primeiro Ministro da França, Michel Rocard, por sua vez, muito amigo de Camdessus.

Quando então cheguei ao Fundo Monetário, o Camdessus me convidou para ir a uma sala isolada com ele e me disse o seguinte: “tenho simpatia pelo esforço de vocês, mas eu não consigo convencer os nossos técnicos aqui de que o Brasil vai, realmente, fazer alguma coisa séria, porque a situação brasileira é frágil”. O Congresso estava, naquele momento, com um processo gravíssimo, a chamada CPI dos Anões do Orçamento; o então Presidente da República era o Vice-Presidente; uma vez que tinha havido o *impeachment*. E acrescentou: “A sua equipe é jovem; é competente, mas não é experiente. Eu não consigo convencer, mas estou convencido de que vocês estão indo por um bom caminho”. E, em seguida, ele me deu uma carta que ele havia escrito, em francês, na véspera – até porque, nós estávamos em um jantar, conversando em francês, e isso sempre ajuda, porque os franceses gostam, não é? –, e ele disse: “Eu não posso dar o apoio; vou dar a você esta carta, em que dou o meu aval pessoal, mas não é o aval do Fundo”. Então, eu disse: “Mas nós não podemos fazer nada com um aval pessoal. Para terminar a moratória e estabelecer um novo contrato das dívidas, nós precisamos dar garantias; e as garantias requeridas são Letras do Tesouro dos Estados Unidos. Assim, sem o aval do Fundo, o Tesouro não vai emitir uma série especial das letras para o Brasil contar”. Aí, ele sorriu e disse: “Vocês já têm essas letras”.

E era verdade! O Ministro Malan tinha tomado a decisão comigo, e mais ninguém, de que, pouco a pouco – Gustavo Franco deve recordar-se disso, porque ele operava o Banco Central no assunto internacional –, nós iríamos comprando no mercado títulos do Tesouro americano – pouco a pouco, para que ninguém desconfiasse, porque, senão, subiriam os preços. Mas é claro que o Fundo Monetário descobriu que estávamos operando assim. Diga-se de passagem, eu tive que vir a uma comissão do Senado aqui e um Senador desabusado quis insinuar que ali teria havido um mal feito naquelas contas. Eu disse: “Olha, ainda bem que



você não é meu aluno, porque eu te daria zero em economia”. Como eu era Senador também, tinha liberdade – ele era suplente de Senador na verdade – de dizer duramente a ele: “Não diga bobagens, rapaz, porque o que estamos fazendo é uma coisa meritória para o Brasil”. E assim foi feito.

Com esse fato, ainda tive que aduzir ao Camdessus: “Mas é preciso depositar esses títulos no FED, que não vai aceitar”. E ele disse: “Não; não precisa; basta depositar no BID, o Banco Interamericano”. E este era dirigido pelo Enrique Iglesias, amigo do Brasil. Assim, fui ao Banco Interamericano e concordamos com isso.

Graças a isso foi possível começar a renegociação das dívidas. Assim, creio que, em novembro de 1993, o Malan, então Presidente do Banco Central, e eu fomos a Toronto, no Canadá, e assinamos, por uma manhã inteira, os novos contratos de dívida, uma vez que o Brasil tinha 700 bancos credores – e havia um sindicato que dirigia isso tudo. E isso para reconstruirmos a possibilidade de os mercados financeiros se abrirem para o Brasil.

Em suma, estou contando esse detalhe para mostrar que o Plano Real não foi feito simplesmente de um momento para o outro, como se mostrássemos ao País que nós tínhamos uma mágica. Não foi! Foi trabalho, trabalho duro de reconstrução das instituições, da credibilidade do País. Fomos ganhando credibilidade pouco a pouco. E tivemos sempre a consciência de que era um começo e que levaria muito tempo. E vários dos que aqui falaram anteriormente mostraram o tempo que isso tomou.

Como refazer a dívida dos Estados? Ninguém pagava ninguém. Como refazer tudo isso internamente? Como desindexar a economia, que foi sendo parcialmente desindexada? Como reconstruir as instituições?

Foi um trabalho insano e que foi feito. Foi feito por todos os brasileiros, porque o País sentiu que, dali para diante, ou se faria alguma coisa mais consistente, ou perderíamos o potencial histórico que temos.

Claro que sempre me entusiasma falar do passado, mas sou mais propenso a falar do futuro – e me alegrei de vir aqui. Ouvi os discursos aqui feitos e muito especialmente o que disse o Senador Aécio Neves, com a confiança, de que chegou a hora de darmos novos passos.

Não farei discurso partidário – não é do meu estilo – numa Casa em que, hoje, se celebra uma festa nacional, mas qualquer brasileiro percebe hoje: quando as ruas reclamam, quando os empresários reclamam, quando os políticos reclamam, quando as donas de casa reclamam que algo está desengonçado, para usar uma palavra simples, é hora, de novo, de nós termos humildade.

Aos que hoje mandam, em vez de se cerrarem nos seus escritórios e pensarem que tecnocraticamente resolvem as questões, digo que é hora de se abrirem, de abrir o coração e dizer a verdade ao País.

Muita coisa foi feita, não foi só o Plano Real nem foi só o meu governo, longe disso. Não sou ingênuo ou maldoso para imaginar que tudo foi feito no passado e nada foi continuado. Muita coisa foi continuada! As bolsas que nós começamos o Presidente Lula as expandiu; mesmo as dúvidas que se tinha sobre, enfim, o superávit primário. Eu fiquei surpreso quando o Ministro Palocci anunciou um superávit altíssimo. E eles sempre criticaram o superávit antes. Mas ainda bem que perceberam que ou fariam isso, ou o que havia acontecido no ano de 2002, o



medo injusto de que os mercados ficariam possuídos por uma eventual eleição do PT... E eles perceberam que precisavam dar demonstrações, recriar a confiança. E foi feito! Muita coisa foi feita.

O Brasil avançou. O Brasil é hoje melhor do que quando eu deixei a Presidência; como, quando eu deixei, era melhor do que à época do Presidente anterior; como o Presidente Sarney deixou-o também melhor do que o outro. O Brasil vai avançando, e é bom que avance.

Todavia, há momentos em que é preciso tomar novos rumos. Nós estamos chegando a um desses momentos. Não é apenas pela questão da dinâmica interna do País; o mundo também, depois da crise de 2007/2008, quando alguns acreditaram que haveria o declínio do Ocidente. Não é o que está acontecendo. O mundo está retomando energias, e energias a partir de novamente a economia americana voltar a crescer. Ainda: a economia chinesa tem que fazer exatamente o contrário – e tem que fazer – daquilo que nós fizemos no Brasil: aumentar o consumo e refrear a infraestrutura. De nossa parte, nós temos que aumentar a infraestrutura, não refreando o consumo, mas não expandi-lo pelo crédito apenas.

Eu acho que o mundo percebeu o começo de uma nova fase, e nós ainda estamos com os olhos no passado; nós ainda estamos apostando que as coisas irão mal no mundo e, quem sabe, nós possamos sozinhos – Sul-Sul –, juntamente com outros emergentes, levar o mundo adiante.

Vamos fazer parte desse novo mundo, sim. Temos todas as condições para avançar mais nele, mas temos que abrir os nossos olhos. A economia contemporânea é a economia do conhecimento. Ela requer inovação, requer fluxos de inovação. Aqui foi dito, e é verdade – creio que foi o Senador Aécio que mencionou o dado –, que a taxa de crescimento da produtividade é quase nula no Brasil. E isto é fundamental: crescimento e produtividade. Não basta; tem que redistribuir ao mesmo tempo, mas é produtividade. E nós descuidamos disso.

Nós, brasileiros, estamos sentindo – está pulsando – que chegou o momento de uma nova palavra, mais moça, mais forte, abrir horizontes novos para o Brasil. Não é abrir horizontes novos cuspindo no presente e no passado, mas dando um passo adiante e mostrando ao País quais são os problemas.

Eu vou dizer o que talvez seja imprudente, mas, enfim, fui Senador por muitos anos: nós temos vários problemas. Muita gente me criticou pela falta da reforma política no meu tempo. Tentamos reformas parciais. Muito bem; agora não dá mais! Não dá mais! É clamoroso que nós não podemos conviver com um sistema político-eleitoral que gera fragmentação partidária. Com 30 partidos e 30 novos ministérios, é a receita para a paralisação da Administração!

(Palmas.)

Não dá mais! E esse “não dá mais” não deve ser visto como a imposição da vontade de uma facção sobre os outros; tem que ser visto como a necessidade de um entendimento nacional, que tem que enfrentar essa questão com clareza, com firmeza. Não dá mais!

Também está visto que a paralisação das reformas – porque houve uma paralisação das reformas – cobra seu preço neste momento; cobra seu preço pela ineficiência não só da máquina pública. A Ministra Gleisi Hoffmann deu uma entrevista, ao deixar o Ministério, em que dizia singelamente: “A máquina não



responde". E não responde por quê? Porque os incentivos estão errados e porque houve uma infiltração partidária na máquina pública. Isso não pode continuar! Isso tem consequências negativas para o desenvolvimento do País.

Também é visível que levamos muito tempo para descobrir que o Estado sozinho não dá conta de aeroporto, estrada, energia... Não dá conta! E não levamos tanto tempo assim para tirar a energia das agências reguladoras. Foi rápido. As agências reguladoras, hoje, já não têm a força que deveriam ter. Estão infiltradas por interesses de todo tipo. Está visível que precisamos fazer leilões, sim, mas temos que ter uma vigilância do setor público através das agências. Esses leilões foram paralisados por vários anos. Agora, comemora-se outra vez: "Meu Deus! É concessão!" E o que eu fiz com a telefonia? Não foi concessão? É a mesma coisa! (*Palmas.*)

Por que ter medo de dizer as coisas? Por que ter medo? Por que não dizer claramente ao País? Nem é preciso dizer "perdemos tempo e erramos", mas, simplesmente, dizer a verdade: "Olha, tem de fazer. Nós custamos um pouco. Estamos atrasados." Estamos atrasados e perdemos o momento da bonança. Perdemos o momento da fartura de capitais. Perdemos o momento em que os olhos estavam voltados para o Brasil, o que não quer dizer que, amanhã, não possamos recuperar. Eu sou muito confiante no Brasil. Não sou derrotista, não sou pessimista. Não! Eu falava muito da "fracassomania". Agora, a Presidente Dilma fala dos pessimistas. Eu não sou desse lado. Eu sou do lado do otimismo, mas do otimismo com realismo, dizendo a verdade ao País. E está na hora de dizer de novo ao País: "Olha, não só vamos ter de fazer uma reforma política, mas vamos ter de dar de novo um impulso grande na infraestrutura, com regulação governamental, mas com capitais privados."

Vamos ter, sim, de enfrentar a questão de que todos nós falamos e que é difícil de enfrentar, que é a da educação, que é fundamental e que requer uma inovação muito maior do que a que nós já estamos imaginando. O que ensinar? Nós não sabemos mais o que ensinar. Mudou tudo! O que se ensina? Quanto tempo se leva para a formação? Qual é a metodologia? É preciso sacudir o País nessa matéria. Eu não tenho fórmula, estou apenas dizendo que é preciso abrir o jogo.

É preciso voltar a entender – por sorte, há sinais positivos – que a lei é igual para todos. Todos nós somos iguais pelo menos perante a lei, pelo menos perante a lei! (*Palmas.*)

Chegou a hora de reconhecer que a situação de insegurança das nossas cidades atinge todos, os ricos, que se protegem com escolta, e os pobres, que não têm escolta para se proteger e que têm medo das ruas. Um país cujas ruas não são o abrigo do povo, mas o pavor do povo, não pode ser um país que seja feliz. Nós precisamos enfrentar com seriedade a questão da segurança.

Não vou continuar desfilando os problemas. Há muito problemas, mas há muita possibilidade de avançar. Fiquei, realmente, feliz de ouvir os discursos que me antecederam, não só porque louvaram não o que eu fiz, mas o que o Brasil fez, que foi adotar uma moeda estável e dar passos importantes, mas também porque se abrem perspectivas.

É preciso ter coragem de dizer as coisas, sem agressividade, mas com clareza. Já está passando da hora. Há momentos em que é preciso renovar.



Sempre, a democracia requer sempre renovação, o que, às vezes, é duro, porque a renovação vai contra nós próprios que estamos no poder, em alguns lugares, há muito tempo. É preciso que haja o outro lado. É preciso que o outro lado se constitua. E, depois, até pode voltar, mas é preciso que haja esse jogo, porque, senão, fica tudo tão encastelado que não muda. Há tantos interesses, há tantos comprometimentos, que não se avança.

Está na hora! O Brasil está precisando de ar novo, de sangue novo. Eu diria até mesmo que a minha geração já passou. Outro dia, conversando com amigos meus, todos octogenários, eu disse: “Nós já morremos, gente! Nós somos testemunhas.” É verdade! Quer dizer, não morremos em determinado sentido, porque estamos aí pelo menos percebendo as coisas. Mas não dá mais! Tem de passar para outra geração. No Brasil, há muita gente jovem. Nós temos de confiar mais nos jovens, de abrir caminhos para os jovens e de fazer com que esse entusiasmo avance mais. Entusiasmo, etimologicamente, quer dizer Deus na alma, no corpo. É preciso entusiasmo, é preciso haver aquele brilho, aquela eletricidade no ar, para que as pessoas digam: “Ah, eu acredito em você. Vamos em frente! Está na hora!”

Está na hora, Senadores, está na hora de mostrar ao Brasil que há caminhos. Venham comigo, que nós vamos continuar sendo um grande País! Somos um grande País. A estabilidade foi apenas o começo. Está no momento de um novo salto!

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós registramos, com muita satisfação, a honrosa presença aqui do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

Gostaríamos de aproveitar esta cerimônia para entregar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a Medalha Ulysses Guimarães, concedida pelo Congresso Nacional àqueles que se destacaram no processo constituinte. Por motivos pessoais, o Presidente Fernando Henrique não pôde comparecer à cerimônia que aconteceu no ano que passou, mas vamos aproveitar o ensejo da sua honrosa presença hoje no Congresso Nacional para fazer a entrega da Medalha.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, não apenas na Constituinte, foi um pioneiro nas reformas e na mudança do perfil socioeconômico do Brasil. O País deve muito a ele e à sua visão estratégica.

Por sua participação na promoção da cidadania e no fortalecimento das instituições, o Congresso Nacional confere a Fernando Henrique Cardoso a Medalha Ulysses Guimarães.

Peço ao Senador Aécio Neves para que, em nome do Congresso Nacional, em nome de todos nós, faça a entrega da Medalha e do Diploma a Fernando Henrique Cardoso. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Muito bem, Presidente!

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; caros Senador Aécio Neves, Deputado Luiz Carlos Hauly e Deputado Mendes Thame, que são os autores do requerimento desta sessão, em que se celebram os 20 anos do Plano Real; caro Senador Romero Jucá; Senador Flexa Ribeiro; ex-Presidente do Banco Central Gustavo Franco; Dr. Edmar Bacha, depois desse pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é de uma ousadia ímpar uma Senadora que não completou ainda metade do primeiro mandato subir à mesma tribuna para suceder um discurso que foi mais do que uma celebração, que foi uma exortação à classe política brasileira, para pensar maior, para pensar grande, para pensar no País, neste País cuja estabilidade econômica, graças ao Plano Real, só foi possível mediante o entendimento da sociedade brasileira.

O legado que V. Ex^a, ex-Senador, ex-Presidente da República e Professor Fernando Henrique Cardoso, deixa na sua história – e essa é inapagável – é exatamente essa conquista que tivemos.

Eu aqui falo e farei uma breve manifestação como jornalista que fui, jornalista que acompanhou V. Ex^a numa grande empreitada internacional, mostrando uma cara do Brasil, uma cara de interlocução de altíssimo nível, que fez com que hoje o Brasil tivesse esse protagonismo construído por muitas mãos. V. Ex^a, seus antecessores, seus sucessores, todos, de algum modo e ao seu jeito, ajudaram na manutenção dessa estabilidade com o Plano Real, um plano que não foi aventureiro, que não foi novidadoso, como dizem os nossos compatriotas latino-americanos, um plano sustentado em argumentos técnicos, um plano juridicamente



perfeito. V. Ex^a trouxe, na tribuna, a lembrança de que não houve nenhum questionamento quanto à legalidade desse plano.

Eu queria dizer, neste depoimento modesto, falando em nome do Partido Progressista, que é disto que nós precisamos, apenas disto: da seriedade, da estatura necessária para entender a política bem feita, bem conduzida, sem preconceitos, tolerante, compreensiva, capaz de comunicar adequadamente as coisas boas e ruins que o Brasil está vivendo. É dessa forma de fazer política que o Brasil está precisando, uma forma madura, uma forma elevada e, sobretudo, uma forma respeitosa.

Eu queria apenas, na ousadia que tive de subir à tribuna depois de seu pronunciamento, dizer que, como jornalista e, agora, como Senadora, estamos continuando um trabalho. Nenhum plano é perfeito, nenhum plano é bem acabado. Assim foi a grandeza do Plano Real, a grandeza de seus patrocinadores em saber que ele continua merecendo ser feito. É impossível aceitar que esse plano, que é um patrimônio da sociedade brasileira, pela estabilidade de poder fazer as coisas em casa... Uma dona de casa sabe a hora de comprar, a hora de gastar, a hora de economizar. O Plano Real nos ensinou isso. É uma grande lição de vida cotidiana, na simplicidade de uma casa da periferia, da zona rural ou da zona urbana. Esse foi o grande legado, essa foi a grande lição do Plano Real.

Agora, nosso ex-colega Fernando Henrique Cardoso e caros colegas Senadores, nós, como Senadora, continuamos, ao nosso jeito e ao nosso modo, a ajustar essas necessidades, todas elas elencadas por V. Ex^a aqui num pronunciamento brilhante, num pronunciamento não apenas de um estadista, mas também de um político que tem a sensibilidade de perceber, com visão crítica, fazendo uma crítica construtiva, as nossas necessidades.

Então, é com muito orgulho que ocupo esta tribuna na representação do meu Partido para dizer que hoje é uma grande data de celebração, uma grande data, porque essa conquista deu autoestima ao povo brasileiro. Eu, como jornalista, cobri inflação de 80% ao mês – eram 80% ao mês! –, e, assim sendo, digo que também sua presença no Ministério da Fazenda foi a prova de que, talvez, a economia não devesse estar só na mão dos economistas, mas também na mão de um grande político que soube, pelo convencimento, pela sua capacidade, pela sua estatura, levar o Brasil ao caminho certo da estabilidade econômica.

Muito obrigada.

Parabéns ao Brasil! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, também requerente desta sessão, desta celebração, na Câmara dos Deputados.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos dá a imensa satisfação da presença nesta comemoração; Senador Aécio Neves, um dos requerentes deste evento e Presidente Nacional do PSDB, meu Partido, em nome de quem saúdo todos os presidentes e dirigentes dos demais partidos aqui presentes; Deputado Henrique Alves, Presidente da nossa Câmara dos Deputados, que cumprimento; Deputado Hauly, coautor da solicitação deste evento; Deputado Imbassahy, em cujo nome saúdo todos os Líderes partidários; Senadores Jucá e Flexa Ribeiro; Dr. Moraes, que representa a família do Presidente Itamar Franco; Drs. Gustavo Franco e Edmar Bacha, da equipe que tão diligentemente elaborou esse programa do Plano Real; Sr^{as} e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores, nos anos 80, o Brasil experimentou uma década perdida. Nosso crescimento foi pífio, e o governo não conseguia cumprir satisfatoriamente suas quatro principais funções básicas: oferecer à população segurança, oferecer educação, oferecer saúde e infraestrutura.

Naquele período, caracterizado por uma inflação estratosférica e por um brutal processo de concentração de renda, houve sete tentativas de implantar planos ou reformas econômicas. Todas fracassaram.

De qualquer forma, crescia uma certeza: para iniciar vida nova na economia brasileira, a condição primeira era extirpar o imposto inflacionário, o mais injusto e perverso de todos os tributos. É fácil ver o porquê dessa berrante injustiça: 100% dos rendimentos dos mais pobres, daqueles que tinham pouca renda, baixa renda, eram afetados pelo processo inflacionário, pois toda a sua renda era consumida, e os preços daquilo que consumiam eram majorados, no mínimo, pela inflação. Com os mais ricos, isso não ocorria. Apenas parte de sua renda era destinada ao consumo. Quanto mais rico, quanto maiores seus rendimentos, menor a percentagem, que era corroída pela inflação, pois era consumida. O que não era consumido era poupado e ficava a salvo das perdas inflacionárias, rendendo juros e correção monetária.

Além disso, o que é gravíssimo e pouco citado: a inflação também dificultava o combate à corrupção. Sim, dificultava o combate à corrupção, porque, ao impedir uma avaliação realista dos contratos de obras e serviços públicos, ajudava a esconder situações de superfaturamento, ficando muito mais difícil identificar e punir os responsáveis pela delinquência.

A inflação também atrapalhava tanto o planejamento do Governo, cujo orçamento virava – o Senador Aécio falou tão bem sobre isso – peça de ficção, quanto o planejamento das empresas, que eram induzidas a buscar o lucro mais fácil pelas vias do imediatismo, postergando aqueles investimentos com retorno menos previsível, com retornos imprevisíveis, com retornos menos quantificáveis.

Por tudo isso, por todas essas razões, a comemoração, hoje, dos 20 anos do Plano Real nos permite rememorar a mais importante das muitas heranças benéficas que o governo Fernando Henrique Cardoso deixou para o povo brasileiro. O Plano Real, que permitiu vencer a inflação, foi o mais corajoso, o mais radical, o



mais bem-sucedido processo de transformação econômica de nossa história. Fruto de acurada competência técnica da equipe que o elaborou – os Drs. Gustavo Franco e Edmar Bacha estão presentes aqui hoje – e de férrea determinação política.

Apesar de enfrentar feroz oposição do Partido dos Trabalhadores, o projeto instituindo o Plano Real foi aprovado no Congresso Nacional, e a hiperinflação, debelada.

É verdade que o sucesso do real – e isto foi muito bem-colocado – não decorreu apenas da troca do padrão monetário, dessa ideia inteligente, genial, que transformou um índice, a Unidade Referencial de Valor (URV), que transformava automaticamente os preços, em moeda. Foi preciso muito mais. Foi preciso monitorar, administrar e complementar o plano, simultaneamente com um forte controle fiscal, com abertura comercial, com o saneamento bancário, com o reescalonamento da dívida dos Estados, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a desindexação da economia e, a partir de 99, com o tripé – metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal – que instituiu os fundamentos da política econômica brasileira, válidos até hoje.

Em 2002, Lula, para ser eleito, jogou na lata de lixo da história as teses que o PT vinha defendendo desde sua fundação e redigiu uma "Carta aos Brasileiros", comprometendo-se a continuar respeitando os fundamentos econômicos do governo Fernando Henrique Cardoso. Sim, comprometendo-se a continuar a mesma condução da economia do governo anterior. Eleito, temia-se que o Presidente Lula não cumprisse o prometido e introduzisse fatores desagregadores na nossa economia. Não o fez, pelo menos no primeiro mandato. Aguentou, no primeiro mandato, respeitando o que tinha recebido. E foi muito elogiado por isto: pelo mal que não fez. Hoje, porém, são inequívocas as mostras explícitas das imensas dificuldades do Governo na condução do processo econômico, com risco de volta da inflação, com rombo nas contas externas, com o aparelhamento do Estado, com lascivos e permissivos gastos de custeio da obesa estrutura estatal, o que pode pôr a perder conquistas tão gratas e que tanto custaram ao povo brasileiro.

Por tudo isso, acreditamos que uma comemoração como a de hoje, além de rememorar esse tão importante fato, que foi a instituição do Plano Real, também pode contribuir para que a população brasileira não fique indiferente, não fique leniente, não continue leniente com a inanição econômica, com o crescimento pífio, com a gestão irresponsável e cobre, sim, cobre, proceda a uma crescente cobrança, cada vez maior, dos ajustes e das muitas reformas que ainda são necessárias e tão esperadas para promover uma efetiva melhora nas condições de vida de nossa gente.

Muito obrigado. É um imenso prazer poder compartilhar deste momento tão grato na história econômica do nosso País. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Em seguida, nós vamos conceder a palavra ao Deputado Rubens Bueno e vamos suspender a sessão, porque o Presidente Fernando Henrique precisa viajar. Em seguida, retomaremos a sessão.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador Renan Calheiros; Ex^{mo} Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso; Ex^{mo} Sr. Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves; prezado Senador Aécio Neves; Ex^{mo} Deputado Federal Luiz Carlos Hauly; Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame; prezado 1º Secretário, o prezado Senador Flexa Ribeiro; prezado Gustavo Henrique de Barroso Franco, Presidente do Banco Central do Brasil, no período de 1997 a 1999; prezado Senador Romero Jucá; demais presentes da Mesa; Sr^{as} Deputadas, Deputados, Senadoras, Senadores, todos os presentes que muito nos honram com a presença hoje nesta Casa, realmente é muito difícil falar depois do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas eu não poderia deixar de trazer a palavra do Partido Socialista Brasileiro neste momento, em que se comemoram 20 anos do Plano Real.

Talvez os mais jovens, Presidente, possam perguntar por que uma sessão solene para comemorar um plano econômico. Mas, de fato, o que nós estamos fazendo aqui é muito mais do que comemorar um plano econômico. É comemorar a estabilidade econômica, é comemorar um programa que permitiu que os trabalhadores brasileiros, que tinham os seus salários solapados pela inflação, pudessem resgatar a sua qualidade de vida, pudessem ter tranquilidade para projetar o seu futuro.

Ontem, celebramos aqui 30 anos do movimento pelas Diretas Já. Estamos vivendo o momento maior, o período maior da democracia no nosso País. Nesse período, pudemos identificar três grandes acontecimentos: a própria realização da Constituinte e da Constituição, em 1988, a estabilidade econômica através do Plano Real – e aqui queremos saudar o ex-Presidente Itamar Franco e o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela importância que tiveram na condução deste processo –, e também registrar um grande programa de inclusão social de brasileiros e brasileiras, comandado pelo Presidente Lula.

Entendo que a nova política exige que saibamos reconhecer as grandes conquistas da democracia brasileira, que saibamos reconhecer e reverenciar aqueles que comandaram essas grandes conquistas, conquistas essas que hoje são conquistas do povo brasileiro. O povo brasileiro não abre mais mão da estabilidade econômica porque sabe o que isso significou para a sua qualidade de vida, como também a população brasileira não abre mais mão de um grande processo permanente de inclusão social, que possa permitir que brasileiros e brasileiras tenham acesso a bens e a serviços que não tinham antes.

Mas, se tudo isso foi extremamente importante e se só conseguimos avançar em função da estabilidade econômica, é importante reconhecer que o Brasil precisa de mudanças. O Brasil já não se contenta mais com a democracia que tem. O Brasil não se contenta mais apenas com o controle da inflação. A sociedade brasileira quer cada vez mais transparência, quer um Estado cada vez mais



eficiente e quer serviços públicos de melhor qualidade. A população brasileira quer inovação e quer sustentabilidade.

Portanto, neste momento, nós queremos saudá-lo, e o faço com muita alegria, porque tenho por V. Ex^a, Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma admiração especial, que é a admiração também do nosso Partido, do nosso Presidente, Eduardo Campos. Reconhecemos a importância do Plano Real e da estabilidade econômica para outros avanços que o País conquistou. E sabemos importante também para outros avanços que queremos conquistar, com educação de qualidade, com educação que prepare para novos desafios no futuro, para que o País possa, efetiva e permanentemente, inovar com sustentabilidade.

Portanto, quero saudar o discurso de V. Ex^a, sempre moderno, sempre reconhecendo o desejo de mudança da população brasileira.

Este evento é um reconhecimento do papel histórico que V. Ex^a desempenhou para este País.

Parabéns! Fica aqui o nosso reconhecimento. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Sérgio Petecão.

Quero aproveitar a oportunidade e registrar, com muita satisfação, a honrosa presença do ex-Senador Arthur Virgílio, Prefeito de Manaus. (*Palmas.*)

Da mesma forma, quero registrar, com satisfação, a presença da Deputada Rita Camata. (*Palmas.*)

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, se o senhor me permite, o senhor acabou de anunciar que não haveria mais inscrição, por conta do adiantado da hora e da agenda do Presidente Fernando Henrique. Mas eu não poderia, Presidente Renan – e, na pessoa do nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, saudar todos os membros da Mesa –, deixar de fazer um agradecimento de público. Eu o fiz lá na Presidência, quando V. Ex^a recebia o Presidente Fernando Henrique.

Em 1998, quando eu era Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, o Presidente Fernando Henrique era Presidente do nosso País. Lá, tínhamos um governo do PT, com o então Governador Jorge Viana, e encontramos o Estado numa situação muito difícil. E eu queria aqui, em meu nome, como Líder do PSD, e em nome do povo acriano, agradecer o apoio.

Nós estávamos ali, num governo do PT, eu como Presidente da Assembleia, atendendo a um chamado do então governador para que fizéssemos um esforço concentrado a fim de tentar tirar o Estado da situação em que ele se encontrava. E, por inúmeras vezes – eu sou testemunha disso –, o Governo Federal, por intermédio da sua pessoa e de sua esposa, Dona Ruth, que esteve em nosso Estado várias vezes, nunca, nunca virou as costas. Ao contrário: estendeu a mão para aquele momento difícil que o Estado do Acre passava.

Então, eu quero aqui, em nome do povo acriano, já agradecendo ao Presidente Renan, fazer este agradecimento de público. Fiz lá na Presidência, mas gostaria que ficasse registrada nos *Anais do Senado Federal* a contribuição que o senhor deu ao povo acriano.

Obrigado, Presidente Renan. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Para encerrar a sessão, nós gostaríamos de conceder a palavra ao Deputado Rubens Bueno, pela Liderança do Partido Popular Socialista na Câmara dos Deputados.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, estimado Presidente Fernando Henrique Cardoso, autores do requerimento – Deputado Mendes Thame, Deputado Haully e Senador Aécio Neves –, membros da Mesa já nominados, convidados, cumprimentando esses ilustres autores, é bom lembrar que a homenagem desses 20 anos do Plano Real vem exatamente reafirmar a necessidade de resgatarmos um dos mais importantes legados que o governo do saudoso Presidente Itamar Franco nos deixou: a estabilidade econômica e a redução da desigualdade no Brasil.

Foi o Plano Real que lançou as bases para todos os avanços econômicos de que o Brasil desfruta até hoje e viabilizou uma das mais significativas conquistas da nossa sociedade: a redução drástica na desigualdade da distribuição de renda e a inserção social de milhões de brasileiros.

Foi o Plano Real que debelou um mal que por tanto tempo nos assombrou e que, por conta de medidas equivocadas por parte dos governos que sucederam o Presidente Fernando Henrique Cardoso, volta a nos assombrar: a inflação.

As novas gerações, que, graças ao Plano Real, já nasceram sob a égide de uma economia estável, desconhecem o drama que foi o aumento, por vez até diário, dos preços. Só para ilustrar, a inflação acumulada, em 1993, foi de 2.780,6%.

Por conta de tamanha distorção dos preços, não havia, naquela época, a mínima noção de valor real dos bens e serviços. Até o dia 1º de julho de 1994, quando o real começou a tornar-se realidade, o trabalhador brasileiro recebia o seu salário de manhã e, à tarde, corria ao supermercado para comprar carne, arroz, feijão e açúcar, sob pena de ver, em questão de horas, seu salário reduzido pelo nefasto imposto inflacionário.

Eram tempos difíceis. Se estivéssemos no ano de 1992 e o governo de qualquer Estado do Brasil resolvesse aumentar em cerca de 7% as tarifas de transporte público, como aconteceu em São Paulo, Deputado Arnaldo Jardim, que foi o equivalente ao aumento anunciado pelo Governo, receberíamos essa notícia com festa, mas o que ocorreu em junho de 2013, quase 20 anos depois do real, foi bem o contrário. Prova concreta que a estabilidade de preços é um fato já sedimentado na mente de todos os brasileiros.

Mas se hoje o real é uma realidade que mudou as nossas vidas e os rumos do Brasil incontestavelmente para melhor, há 20 anos houve quem vaticinasse o fracasso do Plano e acusasse o Presidente Itamar Franco de beneficiar o seu então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, na corrida da sucessão presidencial.

Nas palavras do então candidato a Presidente da República, Lula, o Plano Real era o estelionato eleitoral. Opinião compartilhada pelo seu vice, Senador Mercadante, que lá dizia que isso era para impedir a vitória de Lula.



Felizmente, o ex-Presidente Lula e o Ministro Mercadante mostraram-se equivocados. E hoje eles, o PT e todos os demais partidos, todos os brasileiros, o Brasil inteiro, têm todas as razões para exaltar o sucesso que foi e ainda é o Plano Real.

Parabéns, Presidente Fernando Henrique. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Cumprida a finalidade da sessão, nós a encerramos e convocamos sessão ordinária para as 14 horas e 10 minutos.

Muito obrigado a todos.



**DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PRIMEIRO SUBSIDIÁRIO DO
REGIMENTO COMUM.**

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no momento em que celebramos os 20 anos do Plano Real, quero destacar um aspecto fundamental, e muitas vezes pouco lembrado, daquela que foi possivelmente a mais importante, a mais complexa e a mais bem sucedida intervenção governamental na economia brasileira nas últimas décadas. Refiro-me ao que o Plano Real significou e ainda significa para a classe trabalhadora e para as políticas sociais do Brasil.

O Plano Real, lançado em 25 de fevereiro de 1994, e a introdução da nova moeda, o Real, em junho do mesmo ano, foram o ponto de partida de uma grande mudança econômica e social do Brasil. O Real trouxe a estabilidade monetária e a desindexação da economia. Foi o Plano Real que possibilitou conhecermos a realidade das contas públicas e direcionarmos recursos públicos para o que realmente importa num país de injustiças históricas como o nosso: a educação, a saúde e a proteção social.

Em junho de 1994 registrávamos uma inflação de 46,6%. Já no mês seguinte este número havia caído para pouco mais de 6%, para chegarmos a outubro de 1994 em 1,86%.

A inflação é um flagelo que atinge, principalmente e de forma mais cruel, a classe trabalhadora. A inflação toma de assalto o bolso daqueles que estão ao "final da linha de produção", as famílias trabalhadoras, as mais pobres, as pessoas que deixam suas casas muitas vezes antes do nascer do sol, e a elas retornam depois de uma extensa jornada de trabalho dedicado ao próprio sustento e ao sustento de seus dependentes.

Os benefícios da estabilização monetária e da introdução da nova moeda não foram apenas os efeitos econômicos imediatamente perceptíveis - domínio sobre a inflação e clareza sobre a situação das finanças públicas. Há um benefício indireto, mediato, que se tornou visível somente após superada a primeira fase do Plano Real. A partir de 1994 pudemos construir (e também desconstruir, no que foi necessário para aprimorá-la) uma política social no Brasil.

A partir de 1995, com base numa macroeconomia organizada, pode o governo continuar a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, que resultaria na criação, em agosto de 1996, do Fundo Nacional de Assistência Social, passando a Estado a financiar, como política pública e como dever, as ações assistenciais do país. A assistência social passou a ser dever do estado e direito do cidadão.

Organizada a economia o Governo pode financiar Programas como o de Erradicação do Trabalho Infantil, o Peti, e o Benefício de Prestação Continuada, para idosos e pessoas com deficiência.

Em todo aniversário do Plano Real são muitos os analistas, professores e economistas que se propõe a dar as suas opiniões sobre o legado do mais bem sucedido plano de reordenamento da economia brasileira.

O professor Davi Silber, da Universidade de São Paulo, diz que o Real "contribuiu para reduzir drasticamente a desigualdade na distribuição de renda do



país. Foi a melhor política social das duas últimas décadas. Não teríamos a 'nova classe média' sem a estabilidade dos preços".

Já o professor Luis Roberto Cunha, da equipe de docentes da PUC-Rio, afirma que o Plano "conseguiu eliminar a indexação e deixou como legado a importância do equilíbrio das contas públicas para a inflação não voltar".

Apenas para citarmos uma terceira corrente de pensamento da economia brasileira, recorro ao analista Mauro Rochlin, professor de Economia Brasileira do Ibmecc-RJ. Segundo ele, o principal legado foi "O ganho de renda da parcela mais pobre da população, a construção de um ambiente macroeconômico mais propício ao investimento, além da própria queda do chamado Risco Brasil".

Estas três opiniões de renomados economistas brasileiros demonstram exatamente que o Plano Real colocou as bases para a política social. Ele garantiu, juntamente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o fantasma da inflação nos deixasse em paz, e permitiu a adoção de políticas de distribuição de renda.

Tudo o que descrevi até agora nos coloca no saudável mundo do Real, que é um ambiente muito diferente da atual conjuntura econômica brasileira.

Sobre o momento atual da economia brasileira, o ex-ministro Delfim Neto, tem afirmado que "o país está no limite". Diríamos nós, vivemos época de baixo crescimento, sinalização de alta da inflação, juros altos credibilidade internacional em baixa.

Certamente a sociedade brasileira reconhece que o que se construiu econômica e socialmente no país nas últimas duas décadas tem como base o Plano Real. A população brasileira deve estar atenta em relação a qualquer política condescendente com a volta da inflação, temo como consequência a nefasta indexação automática e generalizada. Já vimos esse filme uma vez e ninguém deseja ver o reprise.

Era o que tinha dizer.



O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O PMDB e os 20 anos do Plano Real

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. senadores, senhoras e senhores convidados para esta sessão solene, cidadãs e cidadãos do nosso querido Ceará e de todo o Brasil que nos acompanham pelos canais de comunicação do Senado Federal, há 20 anos, o Brasil ganhava o mais bem-sucedido programa de política econômica voltado à estabilização e à reestruturação da sua economia em nossa recente história.

Com o Plano Real, passamos a contar com uma estratégia implacável e eficiente de combate à inflação. À época, beirando os 40% ao mês, o que destruía salários e provocava prejuízos incalculáveis às famílias, ao empresariado, aos agricultores, aos setores público e privado.

Não havia planejamento econômico, por mais eficientes e bem-intencionadas que fossem as tentativas anteriores.

Hoje, quando o Senado promove esta sessão especial para fazer uma justa homenagem aos 20 anos do Plano Real, aproveito para destacar, como senador cearense e líder do PMDB nesta o papel do nosso partido para o sucesso do Real.

Pois, foi no governo do então Presidente Itamar Franco - peemedebista histórico, oriundo do velho MDB de guerra, do combate à ditadura, da luta pelas eleições diretas e pelo retorno à democracia - que o Plano Real foi formulado e lançado.

Itamar Franco confiou ao então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mais tarde presidente da república, a missão de coordenar a equipe de economistas que concebeu o plano.

Desde os seus primeiros momentos portanto, os formuladores do real contaram com o apoio incondicional do PMDB.

graças ao comprometimento do PMDB com o Brasil, foi possível aprovar as propostas que serviriam de base para a criação da moeda forte que hoje temos.

Sr. Presidente,

O Plano Real foi muito além da eliminação da hiperinflação. sua extensa agenda de ações contemplou também, os fundamentos econômicos da estabilização e do desenvolvimento.

Com isso, a disciplina monetária, a responsabilidade fiscal e financeira do Estado passaram a ser princípios essenciais para os administradores públicos e, ao mesmo tempo, garantia de melhores condições de vida à população.

O Plano Real representou os primeiros passos de um ciclo de crescimento sustentável e geração de renda, fazendo com que as pessoas mais pobres tivessem oportunidades de melhorar de vida.

Foi a estabilidade econômica que criou as bases para o Brasil avançar na superação da pobreza, na redução da desigualdade social e na expansão do mercado de consumo.



O Plano Real recuperou a capacidade de organização do estado brasileiro e assegurou ao governo e à sociedade a possibilidade de fazer planejamento econômico, valorizar a produção e o investimento.

20 anos depois do Plano Real, o Brasil é um país bem diferente, em consequência da boa gestão de um plano que conseguiu conter a mais grave de todas as distorções que um modelo econômico pode gerar, e que dificultava a sobrevivência de todos os segmentos sociais, numa espécie de angústia coletiva.

A inflação, sobretudo, quando se torna galopante, afeta principalmente a autoestima do cidadão, que vê o valor do seu dinheiro e, conseqüentemente, do seu trabalho, se diluir rapidamente.

Isso impacta negativa e profundamente sua disposição para o trabalho e diminui a produtividade de todo o sistema produtivo.

O Plano Real foi o grande baluarte político para evitar que essas tragédias se repetissem.

O Brasil hoje está entre os países que podem dizer que têm um povo contente, com acesso ao consumo e a um sistema que redistribuiu renda e produziu uma modelo de convivência que, com altos e baixos, é claro, permite a todos os brasileiros viver uma nova época.

Ao estabilizar a moeda, o Brasil investiu na autoestima de sua gente. cabe agora a todos nós aperfeiçoarmos, quando necessário, o modelo econômico para que a qualidade dos serviços e o atendimento das necessidades de nossa gente seja aprimorada cada vez mais.

Como filiado há mais de 40 anos ao PMDB, é para mim - e tenho certeza que também o é para os meus correligionários - um enorme orgulho poder destacar a contribuição do nosso PMDB para o Plano Real

Sei que tal orgulho é compartilhado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e igualmente pelos seus correligionários.

Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso tiveram a coragem e a competência de encarar o combate à inflação - uma das mais árduas tarefas da história contemporânea do Brasil.

Como líder do PMDB nesta Casa, posso afirmar: vamos continuar contribuindo com o Brasil, como fizemos ao longo desses 20 anos, para impedir qualquer ameaça à estabilidade da nossa economia.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 05 minutos.)